

lhe é conferida pelos artigos 17.º a 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º e no n.º 1 do artigo 24.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, assim como com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram renovadas, pelo período de três anos, as seguintes comissões de serviço:

Dr.ª Ana Paula Amorim Moreira Guedes, no cargo de Diretora de Departamento de Planeamento e Controlo Financeiro, por Despacho n.º 65/2018, de 28 de junho;

Dr.ª Hermenegilda Maria da Cunha e Silva, no cargo de Diretora de Departamento de Administração Geral, por Despacho n.º 66/2018, de 28 de junho;

Dr.ª Maria de Fátima Pinto da Costa, no cargo de Diretora de Departamento de Pessoal, por Despacho n.º 67/2018, de 28 de junho;

Dr.ª Maria Goreti Ferreira Martins, no cargo de Diretora de Departamento de Assuntos Jurídicos, por Despacho n.º 68/2018, de 28 de junho;

Dr. Telmo Filipe de Quelhas Moreira, no cargo de Diretor de Departamento de Polícia Municipal, por Despacho n.º 69/2018, de 28 de junho;

Eng.ª Ariana Maria Cachina Pinho, no cargo de Diretora de Departamento de Educação, por Despacho n.º 70/2018, de 28 de junho;

Eng.º Mário Armando Martins Duarte, no cargo de Diretor de Departamento de Desporto, Cultura e Juventude, por Despacho n.º 71/2018, de 28 de junho;

Dr.ª Cláudia Susana Lobo Pais Teixeira Gomes, no cargo de Diretora do Departamento de Ação Social e Atividades Económicas, por Despacho n.º 72/2018, de 28 de junho;

As renovações de comissão de serviço acima identificadas produzem efeitos a 01 de setembro de 2018.

10 de outubro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Prof. Dr. Eduardo Vítor Rodrigues*.

311717925

MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO

Aviso n.º 15323/2018

Conclusão do período experimental

Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos conjugados dos artigos 45.º e 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conforme meus despachos de homologação exarados nos relatórios de avaliação final de período experimental, foi concluído com sucesso o período experimental dos trabalhadores Filipe André Sousa Braga, Roberto Carlos Cabral Freitas e Vidal Filipe Andrade Freitas, todos com a classificação final de 16,26 valores, na carreira/categoria de assistente operacional (área de canalizador), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 3755/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 7 de abril.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

14 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Carlos Henrique Lopes Rodrigues*.

311720938

MUNICÍPIO DE VILA REAL

Aviso n.º 15324/2018

Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Real

Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, torna público que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º, e da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT), a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária pública de 3 de agosto de 2018, deliberou, por unanimidade, desencadear o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Real. Foi fixado um prazo de 24 meses para a revisão do plano e estabelecido, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do referido diploma legal, um período de 15 dias de participação pública, contados

da data da publicação do presente aviso, para formulação de sugestões e apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento.

Durante o período de participação pública, os interessados podem proceder à apresentação das suas sugestões, por escrito, que deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, e entregues via postal, pessoalmente no Gabinete de Atendimento ao Cidadão na Câmara Municipal ou através do endereço eletrónico: geral@cm-vilareal.pt.

1 de outubro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng. Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos*.

Deliberação

Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, do Município de Vila Real.

Certifico, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia três de agosto de dois mil e dezoito, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

1 — Considerar oportuna a revisão do PDM, a realizar nos termos do artigo 76.º do RJIGT.

2 — Fixar em 24 meses o prazo para a elaboração da revisão do PDM, incluindo os períodos de tempo necessários aos procedimentos subsequentes legalmente estabelecidos, designadamente para a concertação, discussão pública, ponderação dos respetivos resultados, aprovação e publicação.

3 — Estabelecer um prazo de 15 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, para a participação preventiva com vista à formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que devam ser consideradas no âmbito do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT.

4 — Aprovar a composição da comissão consultiva da revisão do PDM de Vila Real contida na proposta do Vereador, nos termos da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

5 — Dar conhecimento à Assembleia Municipal.

Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.

1 de outubro de 2018. — O Diretor, *Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues*.

611716167

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

Aviso n.º 15325/2018

Aprovação da Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde

Manuel de Oliveira Lopes, Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território de Vila Verde, nos termos do disposto no artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, conjugado com o preceituado no artigo 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que a Câmara Municipal de Vila Verde, em reunião de 18 junho de 2018, aprovou por unanimidade a Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde, deliberando o seu envio à Assembleia Municipal que aprovou por unanimidade na reunião de 28 de setembro de 2018, a Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde que se publica em anexo.

1 de outubro de 2018. — O Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, *Dr. Manuel de Oliveira Lopes*.

Deliberação

A Assembleia Municipal de Vila Verde, em sessão realizada a 28 de setembro de 2018, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, após discussão e votação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Envolvente à Igreja Matriz de Vila Verde.

Esta deliberação, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, conforme preceituado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setem-